



Após 8 meses de impasse, servidores ambientais entram em greve geral

Brasília, 02 de julho de 2024

Nesta segunda-feira (01/07), servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) iniciaram uma greve geral em todo o país. A paralisação ocorre após mais de 8 meses de negociações infrutíferas com o governo federal que têm como pautas principais a reestruturação de carreira, a melhoria das condições de trabalho e a realização de novos concursos públicos.

De acordo com a ASCEMA Nacional, a greve é uma resposta ao comunicado formal do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) sobre o fim das negociações sem a realização de um acordo com a categoria. A última reunião da mesa de negociação entre governo e servidores ocorreu ainda no dia 05 de abril, quando foi apresentada uma proposta por parte do governo que foi rejeitada por 100% das assembleias dos servidores ambientais.

Após a recusa da proposta do governo, os servidores flexibilizaram diversos pontos da proposta original de reestruturação e apresentaram uma nova em 10 de maio de 2024, buscando unir as diretrizes de ambas as partes e facilitar a realização de um acordo. Porém, em 07 de junho, a nova proposta dos servidores foi formalmente recusada pelo governo, sendo informado também o esgotamento do prazo limite para a continuidade da mesa. A partir de então, a ASCEMA Nacional e a CONDSEF oficiaram resposta ao MGI em 18 de junho, quando também comunicaram sobre a escalada para greve.

Adesões à greve

Servidores dos estados do Acre, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte já estavam paralisados desde o dia 24 de junho. Nesta semana, somam-se a esses, os servidores de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina,

São Paulo, Tocantins e Distrito Federal. Com isso, as atividades estão paralisadas em 23 estados e no DF.

Impactos da Greve

A greve que se inicia terá duração por tempo indeterminado, até que seja firmado um acordo com o governo.

Embora os impactos da greve sejam vastos e significativos, afetando várias áreas importantes da regulação e proteção ambiental do país, os servidores decidiram manter algumas atividades tidas como essenciais:

- **Fiscalização Ambiental:** Atendimento aos acionamentos emergenciais para coibir infrações ambientais e atendimento excepcional a denúncias específicas que envolvam diretamente risco à vida de pessoas em Unidades de Conservação.

- **Licenciamento Ambiental:** Manutenção de 10% dos servidores trabalhando em atendimento às demandas de concessão, renovação ou acompanhamento de licenças ambientais em casos de emergência ambiental ou calamidade pública.

- **Gestão Socioambiental:** Atendimento a demandas emergenciais que possam causar risco grave e iminente à subsistência de povos e comunidades tradicionais nas unidades de conservação federais.

- **Manejo de Fauna:** Atendimento a 100% dos acionamentos para operações de resgate de fauna silvestre e manutenção dos cuidados e solturas de animais sob custódia dos CETAS e sob guarda ou depósito do IBAMA e do ICMBio.

- **Controle e Prevenção de Incêndios Florestais:** Permanecem em atividade 100% das brigadas e supervisores contratados para a prevenção, monitoramento e combate a incêndios em áreas de preservação ambiental ou em áreas limítrofes que ofereçam risco iminente de avanço do fogo para Unidades de Conservação.

- **Emergências Ambientais:** Atendimento a 100% dos acionamentos para ações emergenciais em desastres e eventos ambientais extremos que demandem intervenção imediata, dentro da competência dos órgãos.

Posição dos Servidores

Os servidores reiteram que continuam abertos à negociação pela reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA por meio de suas Entidades representativas, a ASCEMA Nacional e a Condsef/Fenadsef, e que os prejuízos à economia, à sociedade e ao meio ambiente decorrem da intransigência e inércia do governo em dar continuidade ao processo de negociação de maneira justa e dialogada.

Brasília, 02/07/2024

ASCEMA Nacional